



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E DOS JOVENS NOS
ORGÃOS DE TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA: UM
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS CINCO PAÍSES
AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (1990-
2023)**

Sara Pereira Silva Correia

Mestrado em Ciência Política

Orientadora: Doutora Ana Espírito Santo, Professora Associada, ISCTE- Instituto
Universitário de Lisboa

Outubro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E DOS JOVENS NOS
ORGÃOS DE TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA: UM
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS CINCO PAÍSES
AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (1990-
2023)**

Sara Pereira Silva Correia

Mestrado em Ciência Política

Orientadora: Doutora Ana Espírito Santo, Professora Associada, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024

Agradecimentos

A conclusão desta dissertação representa a concretização de um importante capítulo da minha trajetória académica e pessoal, e nada disso seria possível sem o apoio e a dedicação de várias pessoas a quem sou profundamente grata.

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e saúde, e por me fazer acreditar que poderia chegar aqui.

A minha orientadora, Professora Ana Espírito Santo, por ter aceite o convite de me orientar logo de primeira, por todo o conhecimento compartilhado, pela paciência, e por acreditar no meu potencial. Suas orientações foram essenciais para a construção deste trabalho e me guiaram a alcançar resultados que, muitas vezes, pareciam distantes.

Aos meus familiares, em especial meu pai José Silva Correia e minha mãe Artimisa Fernandes Mendes Pereira, que sempre me apoiaram incondicionalmente e ofereceram a base de suporte e incentivo para que eu seguisse em frente, mesmo nos momentos de maior desafio. Sua confiança em mim foi um dos maiores motivadores para a conclusão deste projeto.

Aos professores que, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu crescimento académico, compartilhando conhecimentos, experiências e apoio ao longo dos anos. Suas colaborações e parcerias tornaram essa jornada mais rica e significativa.

Aos amigos e colegas de jornada académica, que estiveram ao meu lado, compartilhando ideias, dúvidas e conquistas. A convivência e troca de experiências foram fundamentais para que eu aprendesse e evoluísse ao longo deste percurso.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta caminhada. A cada um de vocês, meu sincero e profundo agradecimento.

Resumo

A participação política de mulheres e jovens nos órgãos de tomada de decisão é de grande importância para a construção de sociedades democráticas e inclusivas. Este tema adquire uma relevância particular nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) devido às suas dinâmicas históricas, sociais e culturais únicas, que incluem uma herança colonial portuguesa e desafios compartilhados, como a instabilidade política, a pobreza e a desigualdade de género. A transição para sistemas democráticos multipartidários trouxe novas oportunidades, mas também desafios para a inclusão efetiva de mulheres e jovens na política. Este estudo teve como objetivo analisar as diferenças na participação política de mulheres e jovens em cargos de decisão nos cinco países PALOP, desde a abertura democrática até as últimas eleições. Os resultados revelaram que a participação de mulheres e jovens varia significativamente entre os países, mas também foram feitos avanços importantes. Contudo, foram também identificados obstáculos persistentes, como a falta de oportunidades de emprego, acesso a formação política e barreiras estruturais, como a resistência a mudanças nas normas sociais e de género. Apesar dos progressos em alguns países, a participação política de mulheres e jovens ainda enfrenta desafios significativos. É necessário que políticas públicas e programas de capacitação sejam intensificados para garantir uma maior inclusão e representação desses grupos nas esferas de decisão política.

Palavras chave: participação política, mulheres, jovens, quotas, PALOP.

Abstract

The political participation of women and youth in decision-making bodies is of great importance for the construction of democratic and inclusive societies. This issue takes on particular relevance in the African Portuguese-speaking countries (PALOP) due to their unique historical, social, and cultural dynamics, which include a Portuguese colonial legacy and shared challenges such as political instability, poverty, and gender inequality. The transition to multiparty democratic systems brought new opportunities but also challenges for the effective inclusion of women and youth in politics. This study aimed to analyze the differences in the political participation of women and youth in decision-making positions across the five PALOP countries, from the democratic opening to the most recent elections. The results revealed that the participation of women and youth varies significantly between countries, but important progress has also been made. However, persistent obstacles were also identified, such as the lack of employment opportunities, access to political training, and structural barriers, such as resistance to changes in social and gender norms. Despite progress in some countries, the political participation of women and youth still faces significant challenges. Public policies and training programs need to be intensified to ensure greater inclusion and representation of these groups in political decision-making spheres.

Keywords: political participation, women, youth, quotas, PALOP.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DOS PALOP.....	3
1.1. COLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA	3
1.2. O PAPEL DAS MULHERES NAS LUTAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.....	6
1.3. A MOBILIZAÇÃO DOS JOVENS NAS LUTAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.....	7
2. PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	10
2.1. O CASO DAS MULHERES	10
2.1.1 QUOTAS DE GÉNERO	12
2.1.2 CONSOLIDAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA	14
2.2 O CASO DOS JOVENS	15
3. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NOS PALOP	17
3.1. ANGOLA	17
3.2. CABO VERDE.....	17
3.3. GUINÉ-BISSAU	18
3.4. MOÇAMBIQUE	19
3.5. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	20
4. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NOS PALOP	22
5. COMPARAÇÃO ENTRE OS PAÍSES PALOP.....	25
6. CONCLUSÕES.....	28
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	30

Figura

Figura 1. Mapa dos PALOP.....	8
-------------------------------	---

Quadros

Quadro 1. Percentagem de mulheres no parlamento dos PALOP após a abertura democrática	30
---	----

Quadro 2 Percentagem atual de assentos ocupados por mulheres e jovens nos parlamentos dos PALOP (dezembro 2024)	31
---	----

Glossário de Siglas

ANP- Assembleia Nacional Popular

IDEA- Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral

INE- Instituto Nacional de Estatística

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola

LDH- Liga Moçambicana dos Direitos Humanos

MPLA- Movimento Político de Libertação de Angola

MULEIDE- Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento

OMM- Organização de Mulheres Moçambicanas

PAIGC- Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

PAICV- Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PALOP- Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa

UNITA- União Nacional para Independência Total de Angola

INTRODUÇÃO

A participação das mulheres e jovens e suas representações em lugares de destaque político tem vindo a ganhar interesse entre vários pesquisadores e organismos internacionais. Tornou-se um tema crucial na construção de sociedades democráticas.

Analizar a participação política das mulheres e dos jovens nos órgãos de tomada de decisão nos países africanos da língua oficial portuguesa (PALOP), que incluem Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, é particularmente relevante devido às dinâmicas históricas, sociais e culturais únicas desses países. Esses países compartilham uma herança colonial portuguesa e enfrentam desafios comuns, como a instabilidade política, a pobreza e a desigualdade de género. A transição para democracias multipartidárias trouxe novas oportunidades e desafios para a inclusão de mulheres e jovens na política.

A representação das mulheres e dos jovens na arena política varia de acordo com o país. Em alguns países verificam-se progressos significativos, já outros ainda enfrentam dificuldades nessa questão. Assim, pretendo com esta dissertação, entender as diferenças ao nível de participação política de mulheres em cargos de decisão política a sendo que são a maioria da população africana.

Entre os países a serem estudados, Cabo Verde e Moçambique estão entre os mais igualitários, e Moçambique está na lista dos cinco países africanos mais igualitários do mundo. De acordo com Vanessa Vaz “os parlamentos da Tanzânia, do Uganda, de Moçambique, da Namíbia e da África do Sul estão entre os mais igualitários do mundo, com a percentagem de mulheres nas legislaturas nacionais a variar entre 25 e 50%” (2020, p.17). Com esse passado e com o mesmo período de libertação, o que é que explica a diferença na percentagem de representação política das mulheres e dos jovens dos países africanos de língua portuguesa?

Os principais objetivos deste estudo são:

- i) Analisar o grau de participação de mulheres e jovens na vida política, bem como a sua representação nos lugares de tomada de decisão;
- ii) explorar alguns fatores que resultam na baixa representação política das mulheres e jovens nos países africanos da língua oficial portuguesa (PALOP).

A análise tem como recorte temporal os anos de 1990 até 2023. Escolhemos esse marco por incluir as primeiras eleições nesses países, o que nos permitirá fazer uma análise de quantas mulheres e jovens tiveram a oportunidade de ocupar espaços decisivos dos seus países e a sua evolução desde as primeiras eleições até 2023.

A dissertação está dividida em seis capítulos: o **primeiro** capítulo traz uma

contextualização histórica e política dos PALOP, referindo o papel das mulheres na colonização, na luta de libertação e na independência. O **segundo** capítulo trata da revisão de literatura e aborda a participação política das mulheres e dos jovens. O **terceiro** capítulo descreve a participação política das mulheres em cada país do PALOP. O **quarto** capítulo trata da participação política dos jovens nos mesmos países. No **quinto** capítulo fizemos uma comparação para entender a diferença na representação de mulheres e homens e o sexto e o **último** capítulo apresenta as conclusões do estudo.

Para compreender a diferença na percentagem de representação política das mulheres e dos jovens dos países africanos da língua oficial portuguesa a realização entre 1990 a 2023, optamos pela pesquisa qualitativa. De acordo com Creswell (2007, p. 184), “a investigação qualitativa emprega diferentes alegações do conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta de dados”. Para isso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica de obras com as mesmas temáticas onde fizemos análise de textos e exploráramos significados, análise de documentos institucionais que inclui compreender a existência de quotas de cada país tanto para jovens assim como para as mulheres, relatórios governamentais e dados das organizações internacionais sobre a representatividade política no PALOP.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DOS PALOP

1.1. COLONIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA

Os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), concretamente Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São-Tomé e Príncipe, partilham o mesmo passado histórico e uma colonização comum por Portugal. Durante vários séculos, esses territórios foram explorados economicamente e submetidos a violências, que culminaram em guerras de libertação nacional. Para Patrícia Godinho, os colonialistas não queriam ter apenas o domínio militar, político e económico, mas queriam transformar essas sociedades africanas do seu jeito, fazer com que eles agissem da forma que queriam, isso incluiria a forma de vestir, de comer, falar e mudar a própria religião para o cristianismo (GODINHO, 2016). Além disso, numa das Assembleias das Nações Unidas em dezembro de 1960 “foi afirmado que nenhum povo deveria ser mantido sob qualquer tipo de dominação, contra a sua vontade” (SANTOS, 2011 apud TEIXEIRA, 2020, p.15). Assim, os movimentos que não concordavam com esse sistema decidiram criar partidos que tinham como foco lutar pela independência dos seus países.

As lutas pela independência, ocorridas principalmente nas décadas de 1960 e 1970, foram influenciadas por movimentos de libertação nacional que buscavam, não apenas a independência política, mas também a reconstrução das sociedades de acordo com princípios de justiça social e igualdade. Os líderes desses movimentos desempenharam papéis cruciais na formação das novas nações, muitas vezes assumindo o controlo do governo após a independência.

A independência dos PALOP foi um processo histórico que ocorreu principalmente na segunda metade do século XX, como parte do movimento global de descolonização que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

Entre os países a estudar, a Guiné-Bissau foi o primeiro a conquistar a sua independência, proclamada unilateralmente em 24 de setembro de 1973. O movimento responsável era o Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Lopes Cabral. A luta pela independência foi marcada pela guerra de guerrilha. O estado da Guiné-Bissau, devido à sua orientação para o ex-bloco socialista e nações com ideologias socialistas, acabaria se constituindo como um país com uma economia planificada, seguindo os princípios do marxismo e leninismo (Cardoso 1996

apud Teixeira, 2020).

Posteriormente, veio Moçambique, que conquistou a sua independência em 25 de junho de 1975, sob o comando da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). A luta pela independência de Moçambique, liderada pela FRELIMO. A luta de libertação de Moçambique, liderada pelo FRELIMO entre 1964 e 1974, é amplamente reconhecida como um marco de mobilização social e militar, onde diferentes segmentos da população foram convocados para enfrentar o colonialismo português.

A mobilização social e militar foi ampla, e tanto as mulheres quanto os jovens desempenharam um papel fundamental, não apenas na linha da frente, mas também em áreas estratégicas, logísticas e de mobilização. A participação ativa desses grupos desafiou as normas sociais e de género estabelecidas, ao mesmo tempo em que desempenhou um papel crucial no fortalecimento da resistência. Esse engajamento não só contribuiu para a luta armada, mas também foi uma das principais forças na construção das novas nações, influenciando os processos políticos e sociais pós-independência (Teixeira, 2020).

Cabo Verde alcançou a independência no dia 5 de julho de 1975 com o PAIGC na frente, embora a luta armada tenha ocorrido principalmente na Guiné-Bissau, devido as questões geográficas e também por questão da unidade que o Amílcar Cabral propôs “no sentido de tirar ao inimigo a possibilidade de explorar as contradições que pode haver entre a nossa gente para enfrentar a nossa força, que temos opor contra a força do inimigo” (CABRAL, S/A), contou com a participação ativa das forças cabo-verdianas. Após a independência, o PAIGC governou Cabo Verde até à criação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

Angola também alcançou a sua independência em 1975, como se constata no artigo nº 5 da constituição da República que se refere à organização e território: “o território da República de Angola é o historicamente definido pelos limites geográficos de Angola tais como existentes a 11 de novembro de 1975, data da independência Nacional”. Angola passou por uma guerra de libertação, que juntou o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).

Estes processos de libertação, não apenas marcaram a conquista da soberania política, mas também serviram como um campo fértil para a mobilização de diferentes grupos sociais, como mulheres e jovens, que desempenharam papéis cruciais na resistência e na construção das novas nações. Como observa Lopes (1991), a participação

desses grupos "não só desafiou as normas sociais e de género tradicionais, mas também plantou as sementes para sua futura inserção nos processos políticos e de reconstrução nacional" (Lopes, 1991). Essas mobilizações foram fundamentais para a criação de uma nova ordem social e política nos países recém-independentes, onde as questões de igualdade, justiça social e participação política tornaram-se centrais para os processos de governança e desenvolvimento.

Figura 1: Mapa dos PALOP



Fonte: <https://acesse.one/GgACV>

1.2. O PAPEL DAS MULHERES NAS LUTAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

As mulheres dos PALOP desempenharam um papel crucial na luta de libertação dos seus países contra o colonialismo, enfrentando desafios, mas também trazendo contribuições fundamentais para o sucesso dos movimentos de independência. A participação das mulheres na luta de libertação representou uma ruptura significativa com as normas de género impostas tanto pelo colonialismo português como pelas tradições patriarcais locais.

Partindo de uma perspetiva histórica, muitas mulheres participaram diretamente no campo de batalha, atuando como guerrilheiras e assumindo papéis essenciais nas frentes de batalha. Essas mulheres integraram os exércitos de libertação. FRELIMO, que no início da luta armada, adotou uma postura inclusiva, argumentando que a libertação de Moçambique só estaria completa com a libertação das mulheres do patriarcado (Arnfred, 2004). Na década de 1960, o papel das mulheres na sociedade moçambicana estava fortemente limitado ao espaço doméstico e à vida familiar, enquanto o poder político e a tomada de decisões eram quase exclusivamente reservados aos homens.

A FRELIMO reconhecia que a participação das mulheres era fundamental, não apenas por razões de justiça social, mas também por questões práticas, dado o vasto número de mulheres no país e sua posição estratégica dentro das comunidades rurais. As mulheres foram recrutadas para várias funções incluindo combatentes das forças armadas da FRELIMO, operadoras logísticas, enfermeiras e espiãs. Josina Machel, líder da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), é um exemplo icónico dessa mobilização, tendo promovido a participação das mulheres tanto na frente de batalha quanto na construção da sociedade pós-colonial (Geffray, 1990).

Arnfred (2011) argumenta que, ao incluir mulheres nas forças armadas e no movimento de resistência, a FRELIMO não apenas desafiou os papéis de género tradicionais, mas também estabeleceu um precedente para a participação política feminina em Moçambique. Embora as mulheres desempenhassem papéis importantes na logística e na mobilização de apoio popular, elas também lutaram ao lado dos homens em várias frentes de combate. Essa participação foi crucial para transformar a imagem da mulher moçambicana, de cuidadora para protagonista na construção da nação.

Relativamente à Guiné-Bissau, o Partido Africano para Independência da **Guiné e Cabo verde** contou com as heroínas como Titina Sila, Carmem Pereira, Teodora Inácia Gomes, entre outras. Para Candé Monteiro (2019),

“As mulheres Bissau-guineenses foram imprescindíveis na engenharia da luta de libertação e, além de constituírem suportes principais na manutenção das bases de luta, também participaram das guerrilhas e no teatro das operações de luta, por meio da criação de grupo de milícia feminina” (MONTEIRO, 2019, p. 229)

Algumas outras mulheres deram apoios logísticos onde atuavam fora do combate como enfermeiras, cozinheiras, exploradoras de territórios, e mensageiras. Desempenharam um papel vital na comunicação entre diversas unidades de guerrilheiras, na organização dos acampamentos e na provisão dos abastecimentos. Também participaram nas mobilizações políticas, ajudando a organizar comícios e reuniões para mobilização das populações. Além disso, participavam ativamente como membros de comités políticos onde, entre cinco membros desse comité, dois tinham que ser obrigatoriamente mulheres e uma delas ocupava o cargo de vice-presidente de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP, 2020).

Segundo Kajsa Pehrsson (2000), a maioria dos grupos étnicos **angolanos** tem um sistema de parentesco matrilinear, em que a posição da mulher é tradicionalmente espiritual e socialmente mais forte do que nas sociedades patrilineares. Porém, com a invasão europeia, esses valores foram postos em causa por missionários católicos e a opressão colonial (Pehrsson, 2000). Deolinda Rodrigues Francisco de Almeida foi uma mulher **angolana** que se juntou à frente de batalha pelo MPLA.

Em tom de conclusão, deve salientar-se que, embora a participação das mulheres na luta armada tenha sido significativa, o processo de inclusão pós-independência não foi linear. Como Mamdani (1996) apontou, as lutas de libertação africanas frequentemente prometiam uma libertação social que incluía igualdade de género, mas muitas vezes a estrutura patriarcal permanecia intacta após a independência.

1.3. A MOBILIZAÇÃO DOS JOVENS NAS LUTAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Para os jovens, a participação na luta armada foi um trampolim para a sua inserção política no Estado pós-colonial. A guerra, ao proporcionar a muitos jovens oportunidades educacionais e militares, permitiu que eles emergissem como líderes no cenário político pós-independência. No entanto, como Israel (2009) argumenta, os jovens enfrentaram dificuldades para obter um poder político real dentro das estruturas de decisão do governo, frequentemente sendo relegados para papéis secundários em favor de líderes veteranos mais antigos.

Assim como as mulheres, os jovens desempenharam um papel central na luta pela

independência dos seus países. Os jovens eram vistos como um recurso estratégico importante, com grande potencial para sustentar a luta de longa duração contra o colonialismo. Em Moçambique, por exemplo, muitos dos combatentes recrutados tinham entre 15 e 25 anos, e a sua mobilização era essencial, não apenas para reforçar os números do exército da FRELIMO, mas também para promover um novo tipo de liderança no futuro governo moçambicano (Hanlon, 1991).

O envolvimento dos jovens na luta pela independência foi multifacetado. Eles serviram como combatentes, mensageiros, assistentes médicos e operacionais logísticos. Além disso, a FRELIMO lançou programas educacionais para jovens em áreas controladas pela resistência, buscando educá-los ideologicamente e militarmente. Segundo Israel (2009), esses programas educacionais foram fundamentais para a formação de uma nova geração de líderes revolucionários, capacitados para liderar a nação pós-independência.

A mobilização dos jovens foi também impulsionada pela promessa de transformação social. No contexto da guerra, muitos jovens viam na luta uma oportunidade de ascensão social e de adquirir novas habilidades. Enquanto alguns foram integrados diretamente nas fileiras do exército, outros receberam educação em campos de treinamento organizados pela FRELIMO, que incluíam instrução política e militar. Para muitos desses jovens, a guerra foi uma experiência transformadora, capacitando-os a assumir papéis de liderança política e social após a independência (Geffray, 1990).

Contudo, assim como no caso das mulheres, a transição dos jovens combatentes para posições de liderança política após a independência foi marcada por desafios. Embora a FRELIMO reconhecesse a importância dos jovens durante a guerra, as estruturas partidárias e governamentais mantinham barreiras intergeracionais. A influência de veteranos mais velhos, muitos dos quais haviam assumido posições de destaque no pós-independência, frequentemente limitava o acesso dos jovens a altos cargos de decisão (Mamdani, 1996). Isso criou uma tensão intergeracional que se manifestaria em várias crises políticas nas décadas subsequentes.

Em Angola, a participação não foi diferente. Muitos jovens uniram-se a movimentos nacionalistas como o Movimento Para a Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA), onde participaram em campanhas de recrutamento, treinos militares e operações de combate. Além disso, contribuíram com propaganda, educação política e apoio logístico, ajudando a espalhar a mensagem de libertação e a angariar apoio

entre a população. A UNITA foi um dos partidos com mais engajamento juvenil durante a luta de libertação. Os jovens tiveram um papel importante para os planos internos do partido e da guerrilha durante a luta colonial. Porém, a UNITA tem uma característica que a diferencia, o facto de ter “seguidores muito leais, criando nos pós-independência, um Estado dentro do Estado, uma sociedade dentro da sociedade” (BECK, 2009. p. 1.).

Os jovens dos PALOP tiveram um papel inestimável na luta de libertação nacional, tanto no campo de batalha quanto na mobilização política e social. As suas contribuições, não só foram decisivas para alcançar a independência, como também moldaram a identidade das novas nações, abrindo caminho para questões mais amplas de igualdade e justiça social no período pós-colonial.

2. PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

2.1. O CASO DAS MULHERES

A participação é um conceito muito amplo que abrange diversas formas de envolvimento nos processos de tomada de decisão. Nesse estudo, a participação das mulheres e dos jovens será analisada em dois níveis principais: sua representação nos órgãos decisórios do país e engajamento em atividades políticas.

Participação política

- Representatividade- refere-se a presença de mulheres e jovens em cargos eletivos como sendo deputados, ministros e diretores, líderes partidários.
- Engajamento- Incluí a participação em atividades políticas não institucionais como movimentos sociais, campanhas eleitorais e ativismo político.
- Mulheres- são consideradas todas as pessoas do sexo feminino, sem restrição de idade com foco em adultos.
- Jovens- grupo de pessoas de uma faixa etária que varia entre 15 anos aos 35 anos de acordo com a carta africana da juventude.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), das Nações Unidas Para Infância (UNICEF), Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), a juventude corresponde à idade que vai dos 15 aos 24 anos (RAPOSO, 2014).

A inclusão das mulheres na política tem uma longa trajetória histórica marcada por lutas, resistências e conquistas graduais. Desde o direito ao voto até à ocupação de cargos de liderança, a participação feminina na política foi moldada por movimentos sociais, transformações culturais e avanços legislativos ao longo de séculos.

As quotas de género e as leis de paridade foram essenciais para esses avanços em muitos países, sendo que algumas nações, como Ruanda e Bolívia, conseguiram alcançar ou superar a paridade de género em seus parlamentos.

O futuro da inclusão feminina na política depende do fortalecimento de políticas de igualdade, do combate à violência de género e do apoio a mulheres líderes. Além disso, iniciativas como a educação em igualdade de género e o incentivo a redes de apoio podem ampliar a presença feminina em cargos de decisão e liderança. A ampliação da participação política das mulheres é vista, hoje, como um elemento fundamental para democracias mais inclusivas e para a criação de políticas públicas que atendam a toda a população.

Para Jennifer Rosen (2013), existe uma controvérsia quanto à questão da representação política das mulheres nos lugares de destaque político. Ela traz um debate em que alguns autores defendem a ideia de que a sua participação está fortemente ligada ao desenvolvimento do país e na mesma linha, Herculano Mendes apoia a mesma ideia onde mostra que “as mulheres que trabalham fora do quadro doméstico tendem a participar mais em atividades políticas partidárias” (Mendes, 2019. p.6) já outros mostram que essa questão não é tão relevante. Há quem defenda a teoria de que “à medida que o nível de vida melhora, o papel das mulheres passa a girar menos em torno das tarefas necessárias para a sobrevivência diária, o que permite uma maior independência e envolvimento na esperança pública”. Já para outros autores, a pouca representação das mulheres, está fortemente ligada com as questões do desenvolvimento socioeconómico.

Entre esses autores, podemos destacar Del Campo (2005, p. 308) segundo o qual “as mulheres tendem a entrar na política em tempos de crise, de modo que, à medida que a angústia económica se torna mais grave, as mulheres envolvem-se na política para defender mudanças que irão melhorar a situação imediata”. (Apud Rosen 2013). O estudioso Richard Matland (1998), com base num estudo feito com alguns países, sustenta a mesma ideia de que a representação feminina nos países menos desenvolvidos é bastante baixa apud (Rosen, 2013). No entanto, o autor ainda refere que atualmente, no continente africano assim como na América Latina, o número das mulheres disparou, o que põe em causa a teoria de Matland e alguns outros autores.

Na mesma linha, Rosen (2013), ainda sustenta a ideia trazendo exemplos de alguns países como Ruanda, Cuba, as Seicheles, a África do Sul e a Nicarágua que, até o início de 2012, se encontravam entre os dez principais países em termos de percentagem de mulheres nas câmaras baixas/únicas do parlamento, enquanto que as mulheres de alguns países como a Grã-Bretanha, a França, os Estados Unidos e o Japão não apresentavam um número significativo de assentos parlamentares (ocupando o 54.º, 70.º, 78.º e 106.º lugar, respectivamente) (Rosen, 2013). Já para Wang e co-autores, (2023), a questão em si está ligada com a categoria dos custos. O financiamento a candidaturas femininas é, portanto, uma ferramenta estratégica para fortalecer a representatividade e avançar em direção a uma política mais inclusiva.

Ainda segundo eles,

“A procura de financiamento coloca maiores desafios às mulheres do que aos homens, dado que, em geral, as mulheres têm menos recursos e menos acesso a recursos do que os homens (Lawless e Pearson, 2008: 68). Além disso, mesmo que as mulheres tenham a mesma capacidade que os homens para angariar fundos quando estão a concorrer às

eleições (Feo et al., no prelo), a necessidade de gastar dinheiro para ganhar uma nomeação partidária pode já ter limitado as oportunidades de a maioria das mulheres se tornarem candidatas” (Bauer et al, apud Wang et al, 2023, p. 82)

A desigualdade socioeconómica nos PALOP é um fenómeno marcado por profundas disparidades em termos de serviços básicos, educação, saúde e oportunidades económicas. Essas desigualdades são influenciadas por uma serie de fatores históricos, sociais políticos e económicos. O colonialismo deixou uma herança de desigualdade, com a maioria da população local excluída de recursos, oportunidades de educação e propriedades de terras. As elites locais mantinham o controle sobre os recursos, o que perpetuou a desigualdade após a independência.

De acordo com Ana Teixeira Pena (2022), após quase três décadas de guerra civil (1975-2002) e vinte anos de estabilidade, Angola regista ainda um fraco desenvolvimento social e económico. A pobreza e as desigualdades extremas que caracterizam a sociedade constituem fatores de vulnerabilidade do processo de desenvolvimento nacional e são um obstáculo à implementação da agenda Global 2030 para o desenvolvimento sustentável (Pena, 2022, p. 30).

Ainda, sustenta que apesar do país possuir riquezas naturais, 54,4% da população angolana vive em pobreza o que significa que os mais afetados com isso são mulheres e jovens por representarem a maioria da população desse país (Pena, 2022).

2.1.1 QUOTAS DE GÉNERO

Vários países adotaram um sistema de quotas, que é uma forma de incentivar a representação política de determinados grupos. Para Vaz (2020, p. 8), “as quotas podem basear-se, entre outras, em considerações de etnia, religião, e género, mas as quotas de género, são, de longe, as mais comuns”.

Vários países adotaram leis de paridade como uma forma de equilibrar a desigualdade que, ao longo do tempo, existiu na política, como mostram Baum e Espírito-Santo (2009). Ainda para eles “mais de metade dos sistemas políticos existentes no mundo (pelo menos, 110, à data de 2009) utiliza neste momento algum tipo de discriminação positiva ou de estratégia de paridade «acelerada» de modo a contribuir para que eleitas mais mulheres (Dahlerup apud Baum e Espírito-Santo, 2009). Na mesma linha, Vaz (2020) sustenta a mesma ideia, referindo que vários países utilizam políticas sob a forma de quotas, numa tentativa de apoiar os membros de grupos sub-representados.

As quotas de género têm sido uma ferramenta importante para promover a igualdade de género e aumentar a participação feminina na política e na tomada de decisões nesses países. Embora cada país tenha abordagens diferentes, a adoção de quotas é uma tendência em vários desses países. Elas têm demonstrado ser a ferramenta mais

eficaz para acelerar a representação das mulheres nos órgãos políticos. Para Dahlerup et al (2013), “estas medidas visam reverter a discriminação na prática e criar condições mais equitativas para a participação política de mulheres e homens” (Dahlerup et al., 2013, p. 26).

Existem vários tipos de quotas de género. Entre elas podemos destacar três:

- Leis de quotas que regulam a composição de género das listas de candidatos e são obrigatórias por lei para todos os partidos políticos nas eleições (Dahlerup et al, 2013);
- Assentos reservados e legislados que determinam por lei a composição de género dos órgãos eleitos, reservando um determinado número ou percentagem de assentos para mulheres;
- Quotas partidárias voluntárias que são adotadas por partidos políticos de forma voluntária para a sua própria lista de candidatos, geralmente através de estatutos internos.

Angola tem trabalhado para melhorar a participação das mulheres na política. A Lei eleitoral angolana reserva 30% das vagas para mulheres nas listas de partidos nas eleições. Em 2022, as mulheres representaram cerca de 38% do parlamento, mostrando um progresso considerável.

Já **Cabo Verde** tem uma das legislações mais avançadas sobre igualdade de género nos PALOP. A "Lei da Paridade", aprovada em 2019, exige que as listas eleitorais tenham pelo menos 40% de candidatos de cada género. Esta lei foi vista como um marco importante para a inclusão das mulheres na política.

Na **Guiné-Bissau**, a participação política das mulheres ainda enfrenta desafios. Apesar de iniciativas e pressões da sociedade civil, a implementação de quotas formais é limitada. No entanto, há um crescente reconhecimento da necessidade de mais mulheres na política. Com isso, em 2018, foi aprovada a lei n- 4/ 2018, conhecida como a lei da paridade para a participação das mulheres na política e nas esferas de tomada de decisão. Um ano depois da sua aprovação, realizaram-se eleições legislativas, mas o cenário não se mudou muito como mostra o relatório de estudo sobre a participação política de mulheres e jovens na Guiné-Bissau que pensava que sua representação mudaria na 10ª legislatura, mas, que não foi o caso devido a resistência dos partidos com assentos parlamentares que na maioria são ocupados por homens e apenas três partidos conseguiram eleger mulheres. Ainda nesse relatório mostra que a única novidade depois da aprovação da lei de paridade foi uma maior representação na mesa de assembleia depois de 26 anos da abertura democrática (INEP, 2020).

Moçambique tem feito progressos significativos em termos de participação

feminina na política. A introdução das quotas de género em Moçambique foi um fator determinante para o aumento da presença das mulheres no parlamento. Segundo Bauer e Britton (2006), as quotas de género são amplamente reconhecidas como uma das estratégias mais eficazes para aumentar a representação feminina em contextos de exclusão histórica. Moçambique adotou essas medidas a partir da década de 1990, em resposta à pressão global por igualdade de género e à influência de conferências internacionais, como a Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim, em 1995.

A FRELIMO, o principal partido do país, foi pioneira na implementação de quotas para mulheres, reservando percentagens fixas de candidaturas femininas em suas listas eleitorais estabelecendo uma quota de 40% para mulheres em suas listas eleitorais. Essa medida foi vista como essencial para corrigir o desequilíbrio de género na política e para promover uma participação mais equitativa das mulheres nos órgãos de decisão. Segundo Tripp (2001), as quotas foram fundamentais para garantir que as mulheres ocupassem pelo menos 30% das cadeiras no parlamento moçambicano nas eleições de 1994. Este foi um marco importante no cenário político do país, pois estabeleceu uma base para o aumento contínuo da participação feminina nas décadas seguintes. Nas eleições de 2019, as mulheres ocuparam cerca de 42% dos assentos no parlamento.

Em **São Tomé e Príncipe**, não há uma quota legal formal para a representação feminina na política. No entanto, há um debate crescente sobre a introdução de tais medidas para garantir uma participação mais equitativa.

Embora as quotas de género sejam uma ferramenta poderosa para aumentar a participação das mulheres, a implementação efetiva varia entre os PALOP. Em alguns países, como Cabo Verde e Moçambique, houve um progresso significativo, enquanto em outros, como a Guiné-Bissau, os desafios permanecem.

No entanto, as quotas não foram isentas de críticas. Alguns autores, como Goetz (2003), argumentam que, embora as quotas aumentem a presença numérica das mulheres, elas não garantem necessariamente que as mulheres terão uma influência substancial nas decisões políticas. Isso se deve, em parte, ao facto de que muitas mulheres eleitas por meio de quotas são vistas como "representantes simbólicas" e enfrentam barreiras estruturais e culturais que limitam sua capacidade de exercer poder político real.

2.1.2 CONSOLIDAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA

É importante notar que a representação numérica das mulheres no parlamento nem sempre se traduz em poder político real. Tripp (2015) argumenta que, em muitos

contextos africanos, incluindo Moçambique, a inclusão de mulheres nas estruturas políticas pode ser simbólica, sem necessariamente resultar em mudanças significativas nas políticas públicas ou na desconstrução de dificuldades sistémicas de género. Esse fenómeno, conhecido como "feminismo institucionalizado", descreve a inclusão de mulheres como uma forma de atender às exigências internacionais por igualdade de género, sem realmente transferir poder e recursos para as mulheres (Goetz, 2003).

Além disso, a sub-representação de mulheres em cargos de liderança dentro do parlamento e do governo ainda é uma questão importante. Apesar da crescente presença de mulheres no parlamento, posições de destaque, como ministérios-chave e cargos de liderança partidária, ainda são maioritariamente ocupados por homens (Tavares, 2019). Esse fenómeno reflete o patriarcado residual que continua a influenciar as dinâmicas políticas em Moçambique. Por outro lado, a sociedade civil tem desempenhado um papel crucial na promoção dos direitos das mulheres e na monitorização do cumprimento das quotas de género.

Movimentos como a Marcha das Mulheres e as campanhas da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH) são exemplos de iniciativas que têm visado garantir a continuidade do progresso na representação feminina na política presenças de mulheres no governo e no parlamento não apenas traz diversidade, mas também promove políticas públicas mais inclusivas, que refletem melhor as necessidades de toda a população. Esse equilíbrio é essencial para a construção de uma democracia plena e para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária

2.2 O CASO DOS JOVENS

As políticas para a inclusão de jovens na política são fundamentais para fortalecer a democracia, garantir diversidade de perspetivas e atender às necessidades de uma população jovem. Essas políticas visam criar um ambiente que encoraje a participação dos jovens em processos políticos, seja como eleitores, ativistas ou representantes eleitos. No entanto, a juventude africana tem estado menos envolvida na sequência de tais compromissos críticos sobre os processos de tomadas de decisões. Perceções de exclusão têm resultado em jovens que procuram maneiras alternativas de expressar a sua insatisfação. Quando a frustração atinge níveis elevados, especialmente nos estados em fase de transição e frágeis, os jovens podem voltar-se para a desobediência civil e violência. Portanto, a inclusão da juventude nos processos políticos é crucial para a estabilidade e paz a longo prazo.

Portanto, pode-se questionar se essa mesma política privilegia a igualdade de oportunidades na tomada de decisão; pois, tradicionalmente, o Estado tem dado enfoque a programas e atividades que incentivam juventude a votar. Contudo, os programas de educação cívica e eleitoral também aumentam o comprometimento dos jovens para com os valores e princípios democráticos, o seu interesse em assuntos políticos e o conhecimento das oportunidades de envolvimento, e também o seu conhecimento sobre o funcionamento prático das eleições. Com isso, entendemos que o Estado e a sociedade civil podem contribuir para o reforço da participação da juventude nas esferas políticas ao apoiar a candidatura de jovens às eleições e diferentes esferas de tomada de decisão política.

Embora dados sobre a presença de jovens nos parlamentos africanos sejam escassos, sabe-se que o número de jovens parlamentares no continente continua baixo; pois os engajamentos da juventude na esfera política, principalmente nos partidos políticos, têm sido de forma a instrumentalizá-los e não o de melhorar a sua representação geracional, por exemplo, oferecendo formação para os candidatos jovens. Assim, questiona-se: equipar esses candidatos com conhecimento sobre o ambiente de tomada de decisão e quadro legal que regula eleições (incluindo as regras e os regulamentos para a campanha eleitoral) pode ajudá-los a concorrer de forma mais eficaz? Acreditamos que sim, porque a juventude africana é demasiado significativa para ficar à margem do processo democrático de tomadas de decisões importantes para o país, por isso, os estados africanos devem trabalhar em programas multifacetados e começar a pensar de modo mais criativo sobre como trazer os jovens a bordo. Especificamente, precisam começar a usar uma abordagem mais proativa para trabalhar com a juventude.

Os partidos políticos continuam a ser uma barreira significativa para a participação dos jovens nas estruturas de tomada de decisão devido ao controle que eles exercem na apresentação das listas de candidatos eleitorais ou outras formas de participação? Se esse for o caso, entendemos que devem considerar, portanto, a facilitação de um diálogo interpartidário, grupos de sociedade civil liderados ou voltados para a juventude, a fim de promover acordos mais amplos sobre a necessidade de inclusão de jovens na participação e tomadas de decisões.

No entanto, entendemos que, com espaço para partilhar experiências e explorar maneiras novas e inovadoras de envolver os grupos mais jovens, pois representam o desenvolvimento de recursos humanos importantes para a sociedade, os resultados podem servir como uma importante fonte de inspiração para outras camadas sociais na África.

3. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NOS PALOP

3.1. ANGOLA

Angola, assim como outros países, assinou vários documentos que protegem os direitos das mulheres entre eles, podemos encontrar a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW), assinada em 1970 e ratificada em 1984, a Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres, adotada em 1952 e ratificada em 1985, a Convenção sobre Remuneração dos Trabalhadores para o valor igual para ambos os sexos adotada em 1951 e ratificada em 1976, a Convenção sobre Discriminação em relação ao Emprego e Ocupação que foi adotada em 1958 e ratificada em 1976 e, por último, a Carta dos Direitos Humanos e dos Povos.

Para Anna Pena e Teixeira, 51% da população angolana é constituída por mulheres e 30,4% das famílias desse país são chefiadas por mulheres. Apesar da superioridade em números, a questão da igualdade de género constitui ainda um problema para o país, “conforme demonstra o World Economic Forum’s Global Gender Gap Index 2020, que coloca a Angola na 118.^a posição num conjunto de 153 países” (Pena e Teixeira, 2022. p.29).

De acordo com “entre 2018-2019 segundo os dados do relatório temático sobre o género as mulheres representavam menos de 25% dos titulares dos cargos ao nível da administração central e local do Estado

3.2. CABO VERDE

Em Cabo Verde, a participação das mulheres no parlamento e nos governos tem mostrado avanços significativos nas últimas décadas, embora desafios para alcançar a paridade de género ainda persistam. O país tem feito esforços para fortalecer a representatividade feminina por meio de políticas, reformas legislativas e o incentivo de organizações nacionais e internacionais.

Cabo Verde tem sido um dos países africanos a adotar medidas ativas para promover a inclusão de mulheres na política. Em 2019, foi aprovada a Lei de paridade que estabelece uma quota mínima de 40% de representação feminina em listas eleitorais e cargos públicos. Essa lei foi um marco importante, já que reconhece oficialmente a necessidade de equilibrar a participação de homens e mulheres na política.

Além disso, a representação das mulheres em cargos ministeriais também

aumentou, embora ainda haja concentração em pastas tradicionalmente associadas a papéis de género, como educação, saúde e igualdade de género.

Apesar desses avanços, as mulheres em Cabo Verde ainda enfrentam barreiras culturais, sociais e económicas que limitam o seu acesso à política. A cultura patriarcal e o domínio masculino no cenário político são fatores que desestimulam ou dificultam a entrada de mulheres na vida pública. Além disso, as mulheres muitas vezes enfrentam a pressão de conciliar os papéis profissionais e familiares, o que pode limitar sua atuação em cargos públicos.

3.3. GUINÉ-BISSAU

A participação das mulheres no parlamento guineense tem sido um tema de discussão e progresso ao longo dos anos. Embora a representação feminina tenha aumentado lentamente, ainda há desafios significativos em termos de igualdade de género na política.

As mulheres guineenses têm o direito de votar e ser eleitas desde a independência do país em 1973. No entanto, a representação feminina nos cargos políticos, especialmente no parlamento, tem sido historicamente baixa devido a fatores como a estrutura patriarcal da sociedade, a falta de apoio institucional e a falta de recursos financeiros e sociais para campanhas eleitorais.

Na Assembleia Nacional Popular (ANP), a presença de mulheres tem variado de eleição para eleição. Um ano depois de ser aprovado a lei de paridade, em 2018, que é uma lei que estabelece que pelo menos 36% dos candidatos em listas eleitorais devem ser mulheres, dos 102 deputados eleitos, apenas 14 foram mulheres, representando aproximadamente 13% do total. Embora esse número tenha sido visto como um passo adiante, ainda está aquém de alcançar uma paridade significativa de género. Já na última eleição, em 2023, esse número caiu para 9% de mulheres no parlamento. De acordo com o relatório do estudo da participação política das mulheres e dos jovens na Guiné-Bissau 2020, essa fragilidade ocorreu pelo facto da lei ter sido alterada antes de ser debatida e aprovada na plenária pela equipa especializada de mulheres, mas sim, por uma plenária dominada por homens nos seus diferentes órgãos e comissões especializadas o que tornaria difícil que viabilize a política de igualdade de género (INEP, 2020).

O país tem uma sociedade tradicionalmente patriarcal, o que cria barreiras culturais para a participação ativa das mulheres na política. A divisão de género no trabalho e a responsabilidade pelo cuidado da casa e da família também podem impedir a participação feminina na vida pública. A pobreza generalizada e a baixa educação, que

afetam de forma desproporcional as mulheres, também limitam suas oportunidades de participar da política.

Como em muitos outros contextos, as mulheres na política guineense podem enfrentar intimidação, violência e discriminação, o que desencoraja sua participação.

3.4. MOÇAMBIQUE

A década de 1990 foi um período de transição para Moçambique, com o fim da guerra civil e a introdução do multipartidarismo como parte dos acordos de paz de 1992. Essa transição trouxe consigo novas oportunidades para a participação política feminina, especialmente no contexto da crescente pressão internacional para a implementação de reformas democráticas e inclusivas.

De acordo com Bauer e Britton (2006), as quotas de género começaram a ser implementadas em vários países africanos durante essa década, como uma resposta às pressões do movimento feminista global e às recomendações de conferências internacionais, como a Conferência de Pequim sobre a Mulher, em 1995. Moçambique seguiu essa tendência e adotou medidas afirmativas para garantir uma maior inclusão das mulheres no parlamento e no governo. Em 1994, durante as primeiras eleições multipartidárias, as mulheres já ocupavam 25% dos assentos na Assembleia da República. Esse período também viu o fortalecimento da sociedade civil em Moçambique, com o surgimento de várias organizações de mulheres que pressionavam o governo por mais direitos e maior representação. Entre essas organizações, destacam-se a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH) e a Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), que se concentraram em questões como violência de gênero, acesso à justiça e direitos reprodutivos. O trabalho dessas organizações foi fundamental para consolidar os avanços legais e institucionais alcançados pelas mulheres, ao mesmo tempo que destacava as áreas onde ainda havia progresso a ser feito (ANFRED, 2004). A presença das mulheres no parlamento de Moçambique é um dos aspectos mais notáveis do progresso do país em termos de inclusão política. No entanto, esse processo foi gradual e marcado por desafios significativos, como a persistência de estruturas patriarcais e a sub-representação feminina em cargos de liderança. Moçambique é frequentemente destacado como um dos países africanos com maior representação feminina no parlamento, especialmente após a implementação de quotas de género e outros mecanismos afirmativos. Sendo assim, a participação numérica não se traduz automaticamente em poder político efetivo, e as mulheres ainda enfrentam desafios para

transformar a sua representação em mudanças estruturais e políticas significativas.

3.5. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Em São Tomé e Príncipe, a participação das mulheres no parlamento e nos governos também é uma questão em desenvolvimento, com alguns avanços nos últimos anos, mas ainda com desafios consideráveis para alcançar a paridade de género.

Historicamente, a representação feminina no parlamento santomense tem sido limitada, embora tenha mostrado progressos. Em 2022, depois da aprovação da lei da paridade em junho, as eleições legislativas resultaram em uma representação de aproximadamente 14, % de mulheres no parlamento, uma porcentagem que, embora modesta, reflete o aumento gradual do interesse e da participação feminina na política. Para o governo, a presença de mulheres em cargos ministeriais e de liderança ainda é relativamente baixa, sendo comum que a maioria das pastas seja ocupada por homens.

Essa medida foi implementada como uma forma de enfrentar a sub-representação feminina na política santomense e incentivar a inclusão de mulheres em posições de tomada de decisão. A adoção da lei da paridade de género em São Tomé e Príncipe reflete uma tendência crescente nos PALOP e em outros países africanos, que têm adotado quotas para acelerar a inclusão de mulheres na política.

Essa legislação ainda está em fase de implementação prática, e o seu impacto na representatividade feminina nas próximas eleições será um indicativo de sua eficácia.

Assim como em muitos outros países, as mulheres em São Tomé e Príncipe enfrentam desafios sociais e culturais que dificultam a sua ascensão na política. A cultura patriarcal é uma barreira significativa, onde as expectativas tradicionais sobre o papel da mulher na sociedade podem desmotivar ou mesmo impedir a participação feminina em cargos públicos. Além disso, há fatores, como a falta de acesso a redes de apoio e financiamento, que tornam a entrada das mulheres na política mais difícil. Como mostra a Mirian Fonseca da Costa

É inegável que a mulher vem ganhando cada vez mais espaço na vida social. No entanto, elas ainda sofrem os efeitos de uma educação discriminatória; desempenham não raro trabalho igual ao do homem recebendo menor remuneração; são minorias na política partidária e nos espaços de poder e decisão; enfrentam muitas vezes a dupla jornada de trabalho, acumulando funções profissionais e de cuidado da casa e dos outros (pai, marido, filhos, crianças, idosos e doentes), no geral sem a contrapartida masculina; e ainda estão sujeitas a vários tipos de violência de gênero (Sequeira, 2010, p.34 apud Costa, 2022, p. 87).

A conciliação entre vida familiar e vida pública é outro desafio frequente, especialmente para mulheres que não têm suporte adequado para o cuidado da família e que, muitas vezes, enfrentam preconceito ou resistência ao tentarem assumir posições de liderança.

4. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NOS PALOP

A questão da representação política dos jovens nos países PALOP é um tema complexo e multifacetado, que varia de país para país. De acordo com a Carta Africana da Juventude, essa faixa etária representa mais da metade da população desses países. Nesse contexto, Raposo (2014) aponta que os jovens constituem cerca de 60% da população africana. Historicamente, a participação dos jovens tem sido restrita, embora existam movimentos e organizações juvenis que buscam ampliar essa participação.

Acontecimentos recentes demonstram que os jovens desempenham um papel essencial na transformação social e política na África. Exemplos disso temos o caso da dissolução do regime do apartheid na África do Sul no início dos anos 1990, a revolução da Jasmim na Tunísia em 2011, as campanhas "Y'en a marre" e "Meu cartão de eleitor é minha arma", realizadas no Senegal em 2011 e 2012, respectivamente, e a revolução no Burkina Faso em 2014, com os jovens liderando lutas democráticas no continente (IDEA, 2014). Além desses acontecimentos, é possível observar a trajetória histórica desses países, onde, durante as lutas pela independência, os próprios jovens assumiram a liderança na luta contra o colonialismo, e até os dias de hoje, continuam a desempenhar diversos papéis na participação política.

O envolvimento dos jovens na criação das políticas futuras é essencial, pois a participação inclusiva representa um direito político e democrático fundamental. Contudo, promover ativamente a inclusão dos jovens nos processos políticos não se limita a normas, valores e direitos, mas também envolve políticas públicas. Crescendo em um período de transformação, marcado pelo aumento do uso das tecnologias da informação e comunicação, os jovens trazem novas perspectivas e ideias para a política. Assim, eles se tornam protagonistas da democracia, como destaca a Carta Africana da Juventude: “o maior recurso de África é sua população jovem, e, por meio de sua participação ativa e plena, os africanos podem superar as dificuldades futuras” (Comissão da União Africana, 2006, p. 1).

Muitos dos líderes e quadros mais qualificados dos movimentos de libertação eram jovens que haviam estudado no exterior ou em escolas internas organizadas pelos próprios movimentos. A educação era considerada uma ferramenta essencial na luta capacitando os jovens a assumir responsabilidades estratégicas nas áreas de logística, comunicação e organização militar.

Os jovens também tiveram um papel importante na preservação e valorização das culturas locais, promovendo as línguas e tradições africanas como parte da resistência ao

colonialismo. A resistência cultural era uma forma de reafirmar a identidade africana contra a tentativa de assimilação e imposição dos valores coloniais.

Conforme a Comissão da União Africana (2006), durante a sétima sessão ordinária da conferência de chefes de estado e de governo em junho de 2006, na qual foi adotada a Carta da Juventude Africana na participação dos representantes de diversos países da África em Banjul, Gambia. Essa carta define a responsabilidade dos Estados que a assumiram no desenvolvimento da juventude e ainda oferece aos governos, sociedade civil e juventude um quadro continental que realça os direitos, os deveres e a liberdade da juventude. Essa carta é composta por dois capítulos. No seu primeiro capítulo, aborda a questão dos direitos e deveres dos jovens, enquanto o segundo apresenta as disposições finais. Juntos, os dois capítulos são constituídos por 31 artigos, com suas alíneas. Um dos objetivos dessa carta consiste em garantir o envolvimento construtivo da juventude no programa de desenvolvimento da África e da participação eficaz nos debates e nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento do continente (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2006).

Além disso a carta reafirma que o desenvolvimento do continente africano depende dos jovens, por isso precisa-se de sua participação ativamente em todos os setores (COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2006), mas esses e mais outros direitos continuam a ser negados para os jovens.

Dentro dessa perspectiva, é importante destacar que as eleições são fundamentais para a democracia. Portanto, a participação adequada nos processos eleitorais é uma forma importante de assegurar a inclusão de jovens e mulheres e suas contribuições para o processo democrático. Porém, a quem se dá essa responsabilidade de assegurar a igualdade de oportunidades de participação nesses processos? De maneira informal, tais compromissos podem conceder aos órgãos responsáveis um papel implícito de remoção de barreiras à participação efetiva da juventude no processo de tomada de decisão política.

As estratégias dessas políticas públicas também podem delinear os principais objetivos dos órgãos competentes, que é estabelecer programas e atividades, bem como as parcerias com as partes interessadas, no caso, a juventude, ou estabelecer estratégias para a promoção da sua participação no processo de tomada de decisão.

Fazendo uma comparação dos jovens nesses países, vê-se que a juventude angolana com 0% de jovens no parlamento, enfrentam um desafio significativo como desemprego e marginalização política.

Já em Cabo Verde, a situação não é a mesma, com a inclusão dos jovens através de

programas educacionais e de capacitação, Cabo Verde tem o maior número de jovens no Parlamento nos PALOP.

Na **Guiné-Bissau** com as cíclicas instabilidades políticas, essa camada acaba por ser mais afetada. A situação econômica fragilizada e a instabilidade política histórica do país têm dificultado a criação de um ambiente favorável à participação juvenil. Esse contexto leva muitos jovens a uma visão cética em relação à política institucional, frequentemente associada à corrupção e à falta de resultados práticos (Lopes, 2020).

De acordo com o relatório do estudo sobre a participação política de mulheres e jovens na Guiné-Bissau, os jovens no país se apresentam como os mais desfavorecidos quanto a representação nas diferentes estruturas de tomada de decisão (INEP, 2020, p.68). Apesar do número significativo dos jovens guineenses, sua participação na política é baixa principalmente no que tem a ver com sua ocupação em cargos políticos.

Moçambique com jovens cada vez mais envolvidas na política e

Já **São Tomé e Príncipe** com uma participação diferente em processos políticos ocupa o segundo lugar na percentagem de jovens representados no parlamento. Apesar de terem um número considerável de jovens ocupando espaços e com as iniciativas de incentivo por parte do governo para a participação política, os jovens santomenses ainda enfrentam desafios para engajar plenamente na política formal. No país ainda existe uma falta de educação cívica abrangente e as dificuldades económicas são obstáculos que ainda persistem. Contudo, o crescimento do ativismo digital e a maior presença de programas educacionais sugerem um cenário promissor para o futuro, onde os jovens poderão desempenhar um papel mais ativo na construção democrática do país (Campos, 2022).

5. COMPARAÇÃO ENTRE OS PAÍSES PALOP

Ao fazermos uma comparação entre os PALOP, Moçambique está na vanguarda da representação política feminina. Angola, por exemplo, tem feito progressos significativos, mas ainda está atrás de Moçambique em termos de percentagem de mulheres no parlamento, com cerca de 30% nas últimas eleições (Machado, 2018). Cabo Verde, por outro lado, tem uma representação feminina semelhante à de Moçambique, com aproximadamente 38% de mulheres no parlamento, enquanto Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe continuam com níveis de representação significativamente mais baixos.

No entanto, mesmo nos países dos PALOP com níveis mais elevados de representação feminina, como Cabo Verde e Moçambique, os desafios mencionados anteriormente persistem. Isso sugere que a implementação de quotas de género, embora eficaz para aumentar a participação numérica, não é suficiente para garantir a inclusão política plena das mulheres. O contexto histórico e social de cada país, as barreiras culturais e as dinâmicas internas de poder continuam a influenciar a capacidade das mulheres de exercerem um poder político efetivo.

Os PALOP, apesar do passado histórico, tiveram trajetórias distintas em relação à inclusão das mulheres na política. A seguir, apresentam-se dois quadros referentes a dois períodos diferentes: as primeiras eleições após a abertura democrática e as últimas eleições de cada país.

Quadro 1. Percentagem de mulheres no parlamento dos PALOP após a abertura democrática

Países	Percentagem de mulheres no parlamento	Ano das primeiras eleições
Angola	9%	1992
Cabo Verde	11%	1991
Guiné-Bissau	8%	1994
Moçambique	16%	1994
São Tomé e Príncipe	5%	1991

Fonte: União Interparlamentar <https://www.ipu.org/parliament/GW> consultado em 01 de outubro de 2024

O quadro 1 mostra a percentagem ocupada pelas mulheres nas primeiras eleições. Em Angola, a primeira eleição multipartidária aconteceu após quase duas décadas de sistema

de partido único. Houve uma presença feminina de cerca de 9%, considerada modesta, mas significativa para o contexto de transição. Com um histórico mais estável na transição para a democracia, Cabo Verde alcançou cerca de 11% de mulheres no parlamento, uma das taxas mais altas entre os PALOP naquele momento. A primeira eleição multipartidária ocorreu em 1994, resultando em uma representação feminina de aproximadamente 8%, ainda limitada devido a desafios sociais e económicos. Moçambique teve uma das maiores participações femininas (cerca de 16%) nas primeiras eleições democráticas, resultado de esforços da FRELIMO, que historicamente incentivava a participação feminina. A presença de mulheres no parlamento era de aproximadamente 5%, refletindo uma sociedade em que os papéis tradicionais de gênero ainda impunham obstáculos à participação feminina.

As primeiras eleições democráticas marcaram um passo importante para a inclusão feminina, mas os números mostram que as mulheres ainda eram sub-representadas nos parlamentos dos PALOP. Nos anos seguintes, medidas como políticas de quotas e iniciativas de fortalecimento da liderança feminina ajudaram a aumentar a representatividade, embora desafios culturais e institucionais continuem a influenciar o ritmo desse progresso.

Quadro 2. Percentagem atual de assentos ocupados por mulheres e jovens nos parlamentos dos PALOP (dezembro 2024)

PAÍSES	Percentagem de MULHERES	Percentagem de JOVENS	Data das últimas eleições
Angola	33,64%	0%	08.2022
Cabo Verde	41,67%	41,67%	04.2021
Guiné-Bissau	09%	0%	06.2023
Moçambique	43,2%	32,2%	10.2019
São Tomé e Príncipe	14,55%	38,18%	09.2022

Fonte: União interparlamentar. <https://www.ipu.org/parliament/GW> consultado em 02 de outubro de 2024.

O quadro 2 mostra a percentagem das mulheres e dos jovens nos parlamentos dos seus países nas últimas eleições. Fazendo uma comparação com o quadro 1 das primeiras eleições após a abertura democrática, podemos constatar que o cenário mudou. Angola, que nas primeiras eleições contava com 9% de mulheres no parlamento, hoje está com 33,64%, Cabo Verde por sua vez saiu de 11% para 41,67%, Já Guiné-Bissau, saiu de 8% para 9% e Moçambique saiu de 16% para 43,2%, São Tomé e Príncipe que tinha 5%, agora tem 14,55% no parlamento, sendo assim, a representação aumentou em todos os países e os países com maiores números nas primeiras eleições, continuaram no ranking por acreditarem desde cedo que esses grupos são essenciais para o fortalecimento da democracia, o desenvolvimento sustentável e a promoção da justiça social. Ambos os grupos trazem perspetivas e experiências distintas que enriquecem o debate público e fortalecem as políticas públicas, tornando-as mais representativas e eficazes. Seus líderes e partidos políticos demonstraram compromisso com a inclusão de mulheres na política.

A estrutura partidária e a orientação para políticas de igualdade de género têm sido incentivadas como um valor institucional nesses países. Em Cabo Verde, por exemplo, o governo frequentemente incentiva e promove a liderança feminina, criando um ambiente

6. CONCLUSÕES

Estudar a participação política das mulheres e dos jovens e sua representação nos órgãos de tomada de decisão no PALOP é essencial para promover uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Embora alguns países tenham números consideráveis desses grupos no parlamento, ainda há muito que se fazer.

Para as mulheres, a participação política ainda é impactada por barreiras de género, como normas patriarcais, falta de representação em cargos de liderança, domínio masculino na arena política, dificuldades de conciliar a vida familiar e política e desigualdades económicas. Alguns países, como Cabo Verde e Moçambique, têm adotado políticas de quotas e promovido legislações para aumentar a presença feminina na política, o que contribuiu para uma visibilidade maior de mulheres em cargos públicos e assembleias nacionais. No entanto, a participação efetiva dessas mulheres e o impacto de suas vozes nas decisões políticas ainda carecem de avanços significativos em muitos desses países.

Os jovens, por sua vez, enfrentam desafios relacionados à falta de oportunidades de formação, emprego e representatividade política. Em muitos dos PALOP, a população jovem é maioritária, mas a inclusão deles nas tomadas de decisão continua baixa. Movimentos de ativismo social e digital têm ganhado força, principalmente entre jovens em Angola e Guiné-Bissau, que buscam formas alternativas de participação política além das estruturas convencionais. Mesmo assim, há uma tendência de exclusão institucionalizada, que limita a inserção dos jovens em cargos públicos e na formulação de políticas.

Compreendemos que há uma necessidade de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, que promovam a igualdade de género e a inclusão dos jovens, especialmente no contexto de sistemas políticos que ainda estão em consolidação. Fortalecer essas participações é crucial, não apenas para a democratização dos países, mas também para o desenvolvimento económico e social das nações, pois mulheres e jovens trazem perspetivas diversificadas e podem influenciar positivamente a construção de sociedades mais equitativas e inclusivas.

De modo geral, Moçambique e Cabo Verde destacam-se na representação política de mulheres devido a uma combinação de políticas de quotas, herança de participação feminina nas lutas nacionais, compromisso político com a inclusão e o apoio de organizações internacionais. Esses fatores colaboraram para um ambiente político mais acolhedor e representativo. Já em países como Guiné-Bissau, Angola e São Tomé e Príncipe, barreiras culturais e a falta de políticas específicas de inclusão ainda limitam o progresso nesse aspecto.

Portanto, há uma necessidade de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, que promovam a igualdade de género e a inclusão dos jovens, especialmente no contexto de sistemas políticos que ainda estão em consolidação

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

Arnfred, S. (2004). *Re-thinking Sexualities in Africa*. Uppsala: Nordic Africa Institute.

https://books.google.com.br/books?hl=ptPT&lr=&id=R_TkAmlCAwoC&oi=fnd&pg=PA59&dq=related:3l5cbL3K_6YJ:scholar.google.com/&ots=a93RAq8354&sig=rVfi7rULVK9sGxfr3Dcx-DK_Mo#v=onepage&q&f=false.

Arnfred, S. (2011). *Sexuality and Gender politics in Mozambique*. Rethinking Gender in Africa. Nordiske Afrikainstituten.

https://www.google.pt/books/edition/Sexuality_Gender_Politics_in_Mozambique/KX9VRnBu-1gC?hl=pt-PT&gbpv=1.

Baum. M; & Espírito-Santo. A. (2009), *Causas para a Lei de Paridade em Portugal*. Sextante.

https://www.researchgate.net/publication/295667376_As_Causas_para_a_Adopcao_da_Lei_da_Paridade_em_Portugal

Bauer, Gretchen, and Hannah Evelyn Britton (2006). *Women in African Parliaments*. Boulder (Colorado). Lynne Rienner Publishers.

Chingono, M. (1996). *The State, Violence and Development: The Political Economy of War in Mozambique, 1975-1992*. Avebury.

<https://www.amazon.co.jp/dp/1859720773?tag=calil->

[22&linkCode=ogi&th=1&psc=1](https://www.google.com/search?q=22&linkCode=ogi&th=1&psc=1) .

Comissão da União Africana (2006). *Carta da Juventude Africana*.

https://au.int/sites/default/files/treaties/7789-treaty-0033_-african_youth_charter_p.pdf

Costa, M. F. da. (2024). *A Representação feminina nos PALOP's: o caso das mulheres de São Tomé e Príncipe (1991-2022)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

Dahlerup, D. (2013) *Atlas of Electoral Gender Quotas*. International IDEA, IPU, SU. Pena, A. P. & Teixeira, M. (2022). Assistência Técnica para a implementação da facilidade de Diálogo UE- Angola.
https://secretariadoexecutivo.cplp.org/media/rnlirqym/angola_diagnostico-da-igualdade-de-genero-em-angola-2022-1.pdf

Geffray, C. (1990). *La cause des armes au Mozambique: Anthropologie d'une guerre civile*. Karthala.

Goetz, A. M. (2003). *Women's Political Effectiveness: A Conceptual Framework*. ed. Anne Marie Goetz & Shireen Hassim, 29-80. Zed Books.

Hanlon, J. (1991). *Mozambique: Who Calls the Shots?* Indiana University Press.

Israel, A. (2009). *Revolution and War in Contemporary Africa*. Palgrave Macmillan.

INEP. Relatório do estudo sobre a Participação Política de Mulheres e Jovens Na Guiné-Bissau. Guiné- Bissau. 2020. UNFPA. <https://inep.gw/>.

Wolf, P. et al. *Electoral Management Design*. Stockholm: IDEA, 2014.

Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA).

<https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas-database/country?country=7>

Pehrsson, K. et al. *Para uma igualdade entre mulheres e homens em Angola. Um Perfil das Relações de Género*. ASDI. 2000.

Lopes, M. (2020). *A juventude guineense e a política institucional: Barreiras e possibilidades*. Revista de Estudos Políticos Africanos (pp. 45-58).

Lopes, R. (1991). *A Juventude e a Política nas Sociedades Africanas*. Lisboa: Edições Almedina.

Machado, L. (2018). *Género e Representação Política nos PALOP: O Caminho para a Inclusão*. Universidade de Lisboa.

Mamdani, M. (1996). *Citizen and Subject: Contemporary Africa and Legacy of Late Colonialism*. Princeton University Press.

Mendes, H. A (2019). *A sub-representação feminina e os critérios de recrutamento*

político na Guiné-Bissau: os casos do PAIGC e do PRS. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa.

Monteiro, A. O. C. (2019). *Discurso Nacional e Etnicidade em África: O caso da Guiné-Bissau (1959-1994).* Curitiba: Appris, 2019

Pena. A. P. & Teixeira M. (2022). *Assistência Técnica para Implementação da facilidade de Diálogo UE- Angola.* Diagnóstico igualdade de género Angola, 2022. União Europeia.

Raposo, Edigio G. Vaz (2014). *Juventude e participação política em Moçambique.* Maputo.

Rosen. J. (2011)- *The Effects of Political Institutions on Women's Political Representation: A Comparative Analysis of 168 Countries from 1992 to 2010.* Political Research Quarterly (2, pp. 306- 321).

Tavares, P. (2019). *Desafios da Representação Política das Mulheres em Moçambique.* UNDP.

Teixeira, G. T. (2020). *Análise Histórica e Social do Conflito e da Instabilidade Política na Guiné-Bissau e suas Configurações (1980-2019).* Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa.

Tripp, A. M. (2001). *Women and Politics in Africa: Comparative Perspectives on Gender and Power*. Indiana University Press.

União Interparlamentar. (2020). *Women in National Parliaments*. www.ipu.org

Vaz, V. M. B (2020). *Politics and Gender in Guinea-Bissau: Candidate Selection across Political Parties*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Wang et al (2023). *Funding demands and gender in political recruitment: What parties do in Cabo Verde and Ghana*. International Political Science Review 2023 (vol. 44, pp. 77-90).